

057

Ofício nº 90/2019/AA-CD-ANA
Documento nº 02500.018846/2019-17

Brasília, 27 de março de 2019.

Ao Senhor
Marcelo Pereira Borges
Secretário Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, S/N - Zona Cívico-Administrativa, Sala 900
70 067-901 - Brasília - DF

Assunto: **Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998 - exercício orçamentário de 2018 - Encaminha em anexo a Nota Técnica nº 6/2019/CPLIN/GGES.**
Referência: 02501.000313/2018

Senhor Secretário Executivo,

1. Informo que a Diretoria Colegiada da ANA, em sua 735ª Reunião Ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2019, aprovou o "Relatório Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água - exercício 2018", sobre aplicação dos recursos da Compensação Financeira do Setor Elétrico pela Utilização de Recursos Hídricos, referida no inciso II, § 1º, Art. 17 da Lei nº 9.648/1998, conforme Nota Técnica nº 6/2019/CPLIN/GGES (Doc.02500.010552/2019 e doc.02500.018645/2019) de relatoria do Gerente Geral de Estratégia.

2. Por oportuno, encaminho em anexo cópia da referida Nota Técnica.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente



Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br

Setor Policial - Área 5 - Quadra 3 - Blocos "B", "L", "M" e "T" - Brasília-DF, CEP 70610-200 - telefone (61) 2109-5400
e-mail: dpoe@ana.gov.br - página eletrônica: www.ana.gov.br

Documento assinado digitalmente por: CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

A autenticidade deste documento 02500.018846/2019 pode ser verificada no site <http://verificacao.ana.gov.br/> informando o código verificador: 31A27760.



Nota Técnica 06/2019/CPLIN/GGES
Documento nº 02500.010552/2019-39

Em 20 de fevereiro de 2019.

Ao Senhor Secretário Geral

Assunto: Prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648/1998 - exercício orçamentário de 2018

Referência: 02501.000313/2018-80

1. Em atendimento ao inciso VIII do art. 2º da Resolução CNRH nº 21, de 14 de março de 2002, com redação dada pelo art. 2º da Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, que estabelece que a Agência Nacional de Águas deve encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, até o dia 30 de março, as informações do exercício anterior sobre a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo Art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, são apresentadas a seguir as informações relacionadas ao exercício de 2018.

2. A estrutura do documento está organizada da seguinte forma:

- A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA;
- B. Alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017;
- C. ANEXO I - Monitoramento orçamentário 2018 – SIOP;
- D. ANEXO II - Monitoramento PPA 2016-2019 – ano base 2018 – SIOP;

A. Valores ANEEL versus dotação orçamentária da ANA

3. A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, em seu artigo 28 fez alterações no Art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, tendo sido definido que 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida ($0,75\% \times \text{Energia gerada} \times \text{TAR}$) se constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e devem ser aplicados na implementação da PNRH. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é a instituição responsável pela apuração do valor a ser transferido à ANA.

4. O quadro abaixo apresenta os valores do Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos referentes ao exercício de 2018 contidos na dotação orçamentária da Agência Nacional de Águas – ANA (UO 44205) para aplicação desses recursos aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (pág. 343 do Volume IV), assim como os divulgados no site da ANEEL.

Quadro I – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos – Setor Elétrico

Dotação inicial aprovada na LOA 2018 - R\$	Dotação final LOA 2018- R\$	Valor recebido informado no site ANEEL - R\$
209.052.811	167.427.417	164.933.925

Fonte: SIOP e <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>

5. Como pode ser observado houve uma diferença significativa entre o valor inicialmente aprovado na Lei Orçamentária - LOA de 2018 (R\$ 209.052.811) e o valor de fato recebido pela Agência Nacional de Águas ao final do exercício (R\$ 164.933.925). Essa diferença no montante de R\$ 44.118.886 (quarenta e quatro milhões, cento e dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais) se deve à disparidade entre os valores estimados para 2018 pela ANEEL, tanto de quantidade de energia a ser gerada, quanto do valor da tarifa de energia, no momento da elaboração da proposta orçamentária, que ocorreu em julho de 2017, e os valores de fato realizados durante o exercício de 2018.

6. Nesse sentido, em 13 de novembro de 2018 foi recebido na Agência o Ofício nº 100408/2018-MP (doc. Próton nº 67.841/2018) da Secretaria de Orçamento Federal informando a necessidade de cancelamento de parte das dotações da Fonte 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos em função da frustração na arrecadação da respectiva receita. Desse modo, em 21 dezembro de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 430, 20 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o cancelamento de R\$ 41.625.394 (quarenta e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e trezentos e noventa e quatro reais) de dotação da respectiva fonte, cuja dotação final ficou em R\$ 167.427.417 (cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e dezessete reais).

B. Alocação de recursos nas prioridades definidas pela Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017

7. As prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para o exercício de 2018 foram definidas pela Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, de acordo com seu art. 1º abaixo reproduzido:

"Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos referidos no inciso II, do § 1o, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018 as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos na Resolução CNRH nº 181/2016, respeitadas as competências da Agência Nacional de Águas."

8. Com intuito de apresentar os dados da aplicação de recursos da cobrança do exercício de 2018 foi elaborado um quadro apresentando a correlação entre as Prioridades, Programas, Ações e Metas da Resolução CNRH nº 181/2016 e as ações do Plano Gerencial Interno da Agência Nacional de Águas com seus dados orçamentários e financeiros, conforme apresentado no Quadro I a seguir:

Quadro II – Correlação dos Programas Priorizados do PNRH com as Ações do Plano Gerencial Interno da ANA
Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2018

Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CIPNRH					Plano Gerencial Interno da ANA				
Prioridade	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/ Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parcerias e interlocutores	Prazo	Ação	LOA 2018 - Final R\$	%	Empenhado R\$	Pago R\$
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de médio e pequeno porte de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	Promover a articulação entre os planos de gestão territorial e municipal de saneamento, como enquadramento dos corpos d'água. Definir metodologia para a estimativa do lançamento das efluentes difusas em corpos d'água. Avaliar e desenvolver métodos de diminuição de perdas de água no sistema de distribuição.	Elaborar estudo para o estabelecimento de índices de uso racional da água para os setores saneamento, irrigação e indústria (atende também a prioridade 3).	ANA	MMA, CTC/CNHRH, CHIs	dez/20					
				Concluir a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Hídrico.	ANA	Ministério da Integração Nacional (MI)	dez/18		R\$ 1.830.998	1%	R\$ 1.152.998	R\$ 1.152.998
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usúrios	Promover amplo cadastramento de usos e usuários dos recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais.	Desenvolver indicadores para a avaliação da função social e econômica do uso da água, observando os (objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS).	Divulgar estatísticas e dados atualizados de oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico por região ou bacia hidrográfica, de forma acessível a toda a população.	ANA e CHIs	MMA	dez/18		R\$ 10.160.833	6%	R\$ 10.081.012	R\$ 9.545.971
				Realizar campanha de cadastro integrado de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica intermunicipal.	ANA e CHIs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20		R\$ 26.910.774	16%	R\$ 26.910.774	R\$ 23.289.869
				Divulgar, em linguagem acessível, informações sobre oferta hídrica, usos da água e balanço hídrico.	ANA	MMA e CTC/CNHRH	dez/20		R\$ 269.867	0%	R\$ 245.235	R\$ 176.688
				Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas (atende também as prioridades 6 e 12).	ANA	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20		já computado	0%		
				Elaborar estudo piloto sobre Contas Econômicas e Ambientais da Água para pelo menos uma bacia hidrográfica.	ANA, MMA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)		dez/17					
5. Apoiar desenvolvimento institucional e a difusão de conhecimentos, inclusive os de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	IV.1 - Desenvolvimento, consolidação e difusão de conhecimentos, inclusive os de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos.	O subprograma possui forte articulação com o CTC-Hidro, incorporando o desenvolvimento tecnológico à gestão dos recursos hídricos e apoiando-a, através de comitês de gestão.		Incorporar no Plano ANA a categoria mensais de uso sustentável da água, desenhada por mudanças e projetos.	ANA		dez/18			0%		
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologia e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fomento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos. Organizar as ações sistêmicas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos, como ação inerente à regularização dos direitos de uso de recursos hídricos.	Promover processos de abstração negociada de água para bacias em situação de escassez, estabelecendo critérios de restrição de uso e ações de gestão. Promover ações de fortalecimento dos estados com vistas à regularização dos usos da água nas bacias hidrográficas.	Realizar campanha de regularização de usuários em pelo menos 1 nova bacia hidrográfica intermunicipal.	ANA e CHIs	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos	dez/20		R\$ 2.654.204	2%	R\$ 2.544.151	R\$ 2.094.177
									R\$ 1.430.112	1%	R\$ 1.417.135	R\$ 1.347.205
									R\$ 2.143.562	1%	R\$ 2.134.814	R\$ 1.000.627

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2018

Definidas por consulta na internet à entidade do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH			Plano Gerencial Interno da ANA						
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parceria e interlocutores	Prazo	Ação	LOA 2018 - Final R\$	%	Empenhado R\$	Pago R\$
77. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações e eventos hidrológicos ou climáticos críticos	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos	Deixar áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas que evitem impactos de natureza multifuncional, que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela abstração de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	Manter e aprimorar os sistemas de monitoramento e alerta em tempo real para eventos de cheia (salas de situação). Coordenar a operacionalização do monitor de secas do Nordeste em conjunto com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico.	Elaborar e aprovar Plano de Gerenciamento de Riscos para bacias hidrográficas piloto, em pelo menos duas regiões, com ações preventivas e de contingência e atendimento a emergências para eventos extremos (secas e inundações) e considerando os diferentes planos, entre eles: Plano de Segurança da Água, Plano Municipal de Segurança Hídrica, Plano Municipal de Saneamento, Plano de Segurança de Barragens e planos setoriais.	ANA	MMA, M e MCTIC	dez/20					
8. Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Referenciar a atuação do CNRH, de seus órgãos técnicos de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRIH ANA e também para os órgãos do S e de sua atuação adequada, do plano de encargos e formas de mútua articulação e cooperação.	Implementar o PROCOMITEN	Implementar por meio de capacitação, redes de representatividade para os membros do SINREH	MMA	ANA, CNRH	dez/18		R\$ 1.853.816	1%	R\$ 1.790.879	R\$ 160.779
9. Computar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão.	II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos	A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SRIHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.	Implementar o PROCOMITEN	Implementar por meio de capacitação, redes de representatividade para os membros do SINREH	MMA	ANA, CNRH	dez/18		R\$ 2.199.212	1%	R\$ 2.186.090	R\$ 164.822
			Apresentar o representatividade e representação no CNRH						R\$ 24.667.319	15%	R\$ 24.640.093	R\$ 24.498.108
			Estabelecer estratégia e implementar Plano de Comunicação para o SINREH						R\$ 952.570	11%	R\$ 678.000	R\$ 0
			Implementar ferramenta do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e disponibilizar para as instituições do SINREH, por meio do SINRH									
			Ampliar a quantidade de dados e informações disponíveis a sociedade no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SINRH									
			Apoiar escrutinamente, monitorar e avaliar o processo dinâmico de implementação do PNRH, mediante os instrumentos e os indicadores adequados, para identificar as condições de rumo e os ajustes, que se mostram necessários.						R\$ 700.000	0,4%	R\$ 699.863	R\$ 516.665
				</								

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2018

Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH					Plano Gerencial Interno da ANA				
Prioridades	Programa/Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parcerias e interlocutores	Prazo	Ação	LOA 2018 - Final R\$	%	Empenhado R\$	Pago R\$
11. Destinar recursos financeiros para a implementação de projetos de instituições públicas ou privadas e pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.	III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos de gestão de recursos hídricos VI.5 - Conservação de solos e águas - manejo de microbacias no meio rural	Impulsionar estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos. Implementar programas integrados no meio rural que promovam o ajustamento entre os padrões produtivos de atividades da agropecuária e da aquicultura e a conservação dos recursos naturais, em especial dos solos e das águas - e para a recuperação de matas ciliares, inclusive -, concorrendo complementarmente para o incentivo ao associativismo e a consolidação de arranjos institucionais que assegurem a adoção e a sustentação de tecnologias de produção ambientalmente adequadas.	Implantar projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, incluindo projetos para áreas de nascentes e para áreas de recarga de aquíferos. Elaborar e iniciar a implementação do Plano de Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Dove. Criar mecanismo de investimento reembolsável, como é previsto em lei.	Implantar no menos 2 novos projetos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, incluindo projetos para áreas de nascentes e para áreas de recarga de aquíferos.	ANA		dez/20	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	R\$ 3.639/646	2%	R\$ 3.631.921	R\$ 292.330
12. Desenvolver ações para a resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.	III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas em nível de suporte à decisão	Desenvolver sistemas especializados para apoiar as decisões de gestão de recursos hídricos em geral, incluindo modelos matemáticos que incluam simulação hidrográfica e de qualidade da água e suas correlações como o uso e a ocupação do solo.	Criar mecanismos que induzam os usuários de água a regularizarem sua situação. Capacitar os atores do SINGREH em relação a conflitos. Mapear e classificar os principais conflitos pelo uso da água existentes no país, definindo tipos básicos (ex: quantidade, qualidade, setorial). Aumentar a comunicação sobre mecanismos de regularização/controlar dos usos nas bacias hidrográficas. Fortalecer e capacitar integrantes do CNRH e Comitês Interbaciais.	Criar programa de comunicação sobre a regularização e controle do uso da água para os setores usuários. Realizar pelo menos 10 cursos sobre mediação de conflitos para os atores do SINGREH. Elaborar pelo menos um estudo para definir, classificar e propor ações para a resolução de conflitos pelo uso da água em uma bacia hidrográfica crítica.	ANA	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos e CBRHs	dez/20					
13. Implantar a cobrança para usos significativos da água, visando incentivar a sua racionalização e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas.	III.4 - Sustentabilidade econômica-financeira da gestão de recursos hídricos III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos	Referenciar a (i) identificação de fontes de recarga e financiamento para ações em recursos hídricos; (ii) estruturação de linhas de crédito, com particular atenção para condicionalidades que venham a induzir atitudes, práticas e maior engajamento do interesse da CBRH. Consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, complementando dados e informações, principalmente, assegurando a interligação com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas.	Fomentar a revisão e regularização da cobrança. Fomentar a pesquisa em metodologias de cobrança. Revisar o arcabouço legal relativo à sustentabilidade financeira e aos fundos de recursos hídricos.	Realizar pelo menos 10 cursos sobre mediação de conflitos para os atores do SINGREH. Elaborar pelo menos um estudo para definir, classificar e propor ações para a resolução de conflitos pelo uso da água em uma bacia hidrográfica crítica.	ANA	MMA e CBRHs	dez/19	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	R\$ contabilizado acima	0%		
15. Desenvolver ações para a promoção do uso sustentável e do reúso da água.	VI.2 - Gestão da oferta de água, com ênfase na racionalização da utilização do reúso de água	Ampliar as disponibilidades hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologias de reúso de águas servidas, como também pela captação de águas de chuva, ou ainda, por intermédio da adoção de mecanismos institucionais e econômicos que induzam a mudança de comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos.	Desenvolver e aprovar resoluções e portarias relativas ao reúso e usos sustentáveis da água. Fomentar projetos unificados de reúso de água, com captação de água da chuva, em bacias hidrográficas críticas.	Promover a implementação de pelo menos um projeto piloto de reúso e uso racional da água.	ANA	CTO/CNRRH	dez/19	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	R\$ 0	0%	R\$ 0	R\$ 0

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2018

Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, que define a prioridade de aplicação dos recursos para 2018												
Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH e à sociedade em geral			Definidas no Seminário Prioridades do PNRH realizado em Brasília em set/2016 e aprimoradas pela CTPNRH					Plano Gerencial Interno da ANA				
Prioridades	Programa/Subprograma PNRH	Objetivo/Esopo Básico	Ações	Metas até 2020	Executor (es)	Parceria e interlocutores	Prazo	Ação	LOA 2018 - Final R\$	%	Empenhado R\$	Pago R\$
16. Incluir as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos	IX - Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro Incluindo as Áreas Unidas	Promover a articulação e integração entre as políticas de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro considerando as Áreas Unidas. Dividido em quatro subprogramas, a saber: Subprograma I - Quadro Institucional/Legal Subprograma II - Instrumentos de Gestão Subprograma III - Base Territorial para a Gestão Integrada Subprograma IV - Educação Ambiental, Capacitação, Comunicação e Mobilização	Desenvolver capacidades de representantes do SINGREH sobre temas de interface entre Gestão de Zona Costeira e Gestão de Recursos Hídricos	Integrar a zona costeira nos estudos sobre e planos cadastrais de usuários, gerenciamento de riscos, fiscalização, fortalecimento da participação da sociedade, educação, capacitação, metodologias de cobrança, marcos regulatórios de bacias	ANA e MMA	Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos, CBHA, Marinha do Brasil, SPU e DERCO	dez/20					
			Definir diretrizes específicas para a elaboração de planos de recursos hídricos em regiões que contenham trechos da Zona Costeira e bacias anexas									
			Definir diretrizes e atribuições da área de gestão de recursos hídricos na gestão das áreas costeiras e bacias insulares de forma integrada com outras áreas.									
									RS 132.272.740	79%	RS 130.521.882	RS 108.422.633
Ações não priorizadas												
1000 - 8º Fórum Mundial da Água									RS 18.864.187	1%	RS 18.532.548	RS 18.390.261
D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos									RS 934.216	1%	RS 853.068	RS 767.676
2000 - Administração da Unidade									RS 15.199.394	9%	RS 14.987.561	RS 14.413.697
1218 - Construção do Píedao anexo ao Bacia M									RS 156.880	0,1%	RS 156.879	RS 156.879

Ações não priorizadas

1000 - Fórum Mundial da Água	RS 18.864.187	11%	RS 18.532.548	RS 18.500.251
1001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	RS 994.216	1%	RS 853.068	RS 707.676
2000 - Administração da Unidade	RS 15.199.394	9%	RS 14.987.561	RS 14.413.697
1218 - Continuação do Projeto anexo ao Bloco M	RS 156.880	0,1%	RS 156.879	RS 156.879

TOTAL DE RECURSOS DA COBRANÇA
RS 167.427.417 100% RS 165.051.938 RS 142.151.145

9. A análise do Quadro II indica que algumas ações do Plano Gerencial da Agência - PGI da Agência contribuem para a implementação de mais de uma prioridade do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como é o caso da ação E001 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos, I001 – Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, G007 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos, R001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta, F001 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos e H002 – Operação da Rede Hidrometeorológica.

10. Como pode ser observado ainda no Quadro II, 79% dos recursos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos foram alocados nas prioridades de competência da ANA, definidas nas Resoluções CNRH nº 181/2016 e 189/2017, e apenas 4 (quatro) ações do Plano Gerencial Interno da ANA não encontram correspondência total, quais sejam: 0000 – 8º Fórum Mundial da Água – Despesas Diversas, D001 – Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos, 2000 – Administração da Unidade e 12DS – Construção do Prédio Anexo ao Bloco M.

11. Com relação ao Fórum Mundial da Água, cabe informar que é o principal evento sobre recursos hídricos na agenda internacional e reúne chefes de estado e representantes de governos, representantes de empresas privadas, organizações não governamentais, academia, bem como instituições internacionais e sociedade civil para debates em sessões estruturadas, de forma a contribuir para o diálogo global sobre o uso racional e sustentável desse recurso. O evento é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água e por um país/cidade anfitriã, e contribui para o diálogo do processo decisório sobre água em nível global, visando o uso racional e sustentável desse recurso. Sua primeira edição aconteceu em 1997, na cidade de Marrakesh, no Marrocos.

12. Em 2012, o Brasil, por meio do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água e da Agência Nacional de Águas (ANA), apresentou sua candidatura para sediar o 8º Fórum Mundial da Água em 2018, apontando Brasília/DF como a cidade mais preparada para hospedar o evento. A proposta, apresentada durante o 6º Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, França, foi aprovada em fevereiro de 2014, dando início ao planejamento do evento. Tratava-se da primeira edição na história a realizar-se no hemisfério sul.

13. O país anfitrião do Fórum define e coordena, em articulação com o Conselho Mundial da Água, um amplo debate global sobre a água e, nessa condição, exerce um papel estratégico nas discussões sobre soluções e políticas para a gestão dos recursos hídricos no planeta. O evento reúne as mais altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico, usuários e a sociedade civil em um amplo processo de troca de experiências sobre o tema, subsidiando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e sua inserção no desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

14. O Brasil assinou Memorando de Entendimentos (MoU) em abril de 2015 e esse documento definiu o modo pelo qual o Conselho Mundial da Água e o Brasil devem cooperar na preparação, organização e acompanhamento dos resultados desta edição. Posteriormente, em 2016, com a assinatura de uma nova versão do Memorando (processo ANA 02501.001794/2016), a ANA assumiu, juntamente com o Conselho Mundial da Água, o Governo do Distrito Federal e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF - ADASA, a corresponsabilidade pela organização e realização do evento, arcando com compromissos relevantes, inclusive financeiros.

15. Uma das três fases do Fórum é a semana de diálogos e debates que ocorreu na cidade de Brasília/DF entre os dias 18 e 23 de março de 2018, trazendo a temática 'Compartilhando Água'. As atividades da oitava edição foram realizadas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que abrigou as sessões técnicas, políticas e ministeriais, e no Estádio Nacional Mané Garrincha, onde foram montadas a Feira e a Expo, bem como a Vila Cidadã. O público foi superior a 120.000 participantes de todas as partes do mundo, dentre altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico e a sociedade civil, acima da expectativa inicial de 40.000 pessoas. O evento possibilitou um diálogo mundial, aberto e democrático, para estabelecer compromissos políticos relacionados à água. Também incentivou o uso racional, conservação, proteção, planejamento e gestão deste recurso em

todos os setores da sociedade. Durante o 8º Fórum Mundial da Água, os participantes foram envolvidos em atividades e discussões sobre o tema em diversas vertentes, tais como água e energia, economia, alimentos, cidades e ecossistemas, debates políticos entre autoridades governamentais e parlamentares, grupo focal de sustentabilidade

16. A Agência Nacional de Águas, junto a parceiros, esteve diretamente envolvida no processo preparatório e de organização do 8º Fórum Mundial da Água, tanto no âmbito técnico quanto no operacional, tendo exercido o papel de Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água, exigindo da Agência uma série de atribuições e responsabilidades para a realização do evento.

17. A título de informação, cabe ressaltar que atualmente encontram-se vigentes três resoluções do CNRH que tratam de prioridades, conforme detalhado abaixo. Sugere-se como aprimoramento no processo de definição de prioridades pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que haja uma única Resolução para orientar a Agência na elaboração do PPA Federal, na implementação do PNRH e na alocação dos recursos do pagamento pelo uso dos recursos hídricos.

- Resolução nº 165, de 29 de junho de 2015: estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019;
- Resolução nº 181, de 07 de dezembro de 2016: aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.
- Resolução nº 189, de 29 de junho de 2017: estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018.

18. Os dados da execução são apresentados no Quadro III por ação/plano orçamentário da LOA e respectivas ações do Plano Gerencial Interno com dados segregados por grupo de natureza de despesa, sendo 3 – Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos. Os conceitos dos dois grupos são apresentados abaixo, segundo o Manual Técnico do Orçamento de 2018:

"3 - Outras Despesas Correntes

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. "

19. Cabe esclarecer que a execução de contratos de prestação de serviços como consultorias, elaboração de estudos e diagnósticos, licenças de software e os contratos do PROGESTÃO, RNQA etc são classificados como despesas correntes.

Quadro III – Dados da Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesas

LOA	UORG	Ações do Plano Gerencial Interno	GND	Dotação Atual R\$	Empenhado R\$	Liquidado e Pago R\$
ADMINISTRAÇÃO				35.854.677	35.229.919	34.244.578
12DS	SAF	12DS - Construção do prédio anexo ao bloco M da ANA	4	156.880	156.879	156.879
2000		2000 - Administração da Unidade	3	15.199.394	14.987.561	14.413.697
20WI.0000	CE 8º Fórum	0000 - 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA - Despesas Diversas	3	18.864.187	18.532.548	18.390.261
20WI.000E	GGAC	D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	3	1.634.216	1.552.931	1.283.741
HIDROLOGIA				51.462.724	51.031.606	41.814.537
2378	SGH	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	3	42.558.514	42.386.100	35.116.566
			4	334.800	334.800	334.800
20WI.000D		H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	3	6.070.576	5.900.107	5.582.972
			4	647.016	619.720	619.720
20WI.000B	SOE	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	3	1.851.818	1.790.879	160.479
GESTÃO				36.540.762	35.457.292	28.546.023
20WI.0006	SAS	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	3	2.195.212	2.186.090	164.822
20WI.0009		G008 - Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais	3	24.667.319	24.640.093	24.498.108
20WI.0002	SIP	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	3	2.945.017	2.880.557	2.427.837
			4	310.000	287.633	9.928
20WI.0003		P003 - INTERÁGUAS	3	2.783.568	1.830.998	1.152.998
20WI.0007		P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	3	3.639.646	3.631.921	292.330
PLANEJAMENTO				37.071.809	36.991.786	32.835.340
20WI.0001	STI	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos - SNIRH	3	24.442.467	24.442.267	21.302.138
			4	2.468.507	2.468.507	1.987.231
20WI.0004	SPR	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	3	9.992.835	9.913.012	9.377.971
			4	168.000	168.000	168.000
REGULAÇÃO				6.497.445	6.341.335	4.710.667
20WI.0008	SFI	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	3	269.567	245.235	178.098
4926.0002		F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	3	2.654.204	2.544.151	2.094.737
4926.0001	SRE	R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hidr., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	3	1.430.112	1.417.135	1.347.205
4926.0003		R002 - Intervenções Emergenciais para Efetivação dos Processos de Alocação de Água	3	2.143.562	2.134.814	1.090.627
TOTAL GERAL				167.427.417	165.051.938	142.151.145

Fonte: SIOP 07/01/2019

20. Por fim, solicita-se encaminhar o presente documento para conhecimento, aprovação da Diretoria Colegiada e envio à Secretaria Executiva do CNRH até dia 29/03/2019.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ELISA MONTEIRO MALAFAIA
Coordenadora de Planejamento Institucional

De acordo. À SGE.

(assinado eletronicamente)
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Estratégia